Prefácio

Antonio Carlos Diegues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DIEGUES, A.C. Prefácio. In: SANTOS, M.G., and QUINTERO, M., comps. *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 9-13. ISBN: 978-85-7511-485-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PREFÁCIO

É com prazer que prefacio a antologia *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas*, coordenada por Marcelo Guerra Santos e Mariana Quinteiro. Retomo algumas indagações feitas na apresentação desta publicação sobre a importância dos conhecimentos tradicionais na sociedade moderna em constante mudança e seus impactos nos povos tradicionais indígenas e outras comunidades tradicionais.

Em extenso levantamento bibliográfico, publicado sob o título *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*,¹ constatou-se um aumento significativo no número de trabalhos sobre conhecimentos tradicionais. Até essa data, a maioria desses trabalhos era de antropólogos que estudavam os povos indígenas. A partir dos anos 1990, a maioria desses trabalhos já é realizada por etnobiólogos, etnobotânicos e etoicitiólogos, entre outros, usando um enfoque de etnociência, em particular nos estudos sobre comunidades quilombolas (77%), ribeirinhos/caboclos amazônicos (64%), pantaneiros (74%), pescadores artesanais (61%), caiçaras (60%) etc.

Em razão do aumento de pesquisadores desse campo de conhecimento, foi criada, em 1996, a SBEE, Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, que através de seus simpósios, conferências e publicações tem divulgado, sobretudo no meio acadêmico, os resultados de suas pesquisas.

O ensino das várias disciplinas da etnociência, especialmente a etnobotânica, a etnobiologia e a etnoicitiologia, tem avançado muito nesses últimos anos. Se até os anos 1980 a maioria dos trabalhos nessa área era feita nos departamentos de antropologia, a partir de então começaram a

¹ DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

surgir disciplinas de etnoecologia oferecidas por professores em departamentos, principalmente os de biologia e os de botânica. Na década de 1990, diversos cursos começaram a incorporar as etnociências em suas grades curriculares. Atualmente, disciplinas ligadas às etnociências são oferecidas em oito universidades brasileiras, sendo nove cursos nas áreas de agronomia, biologia, farmácia e engenharia florestal.

O crescente número de trabalhos em etnoecologia, a partir da década de 1990, pode ser explicado tanto por razões internas a esse campo acadêmico como por razões externas.

Entre as razões internas está o desencanto de inúmeros estudantes de graduação e pós-graduação das ciências naturais pela falta de interesse nos departamentos por questões sociais e culturais ligadas à conservação da natureza. No Brasil, poucos cursos de biociências oferecem disciplinas de ecologia humana. O estabelecimento de cursos interdisciplinares de pós-graduação envolvendo sociedades e meio ambiente, bem como disciplinas das ciências naturais e humanas, ofereceu aos pesquisadores das ciências naturais, sobretudo aos biólogos e aos ecólogos, a possibilidade de um trabalho conjunto e a oportunidade da utilização dos métodos da etnoecologia com um enfoque mais etnográfico.

Entre as causas externas que motivaram o crescente interesse por essa área do conhecimento está a maior visibilidade social dos povos e comunidades tradicionais que passaram a defender seus territórios. Estes encontravam-se ameaçados pela especulação imobiliária, pelas questões fundiárias estruturais do Brasil e pelos grandes projetos, como os das hidroelétricas e autoestradas, a expansão do agronegócio e o estabelecimento de áreas protegidas – parques nacionais, por exemplo – das quais essas populações foram expulsas ou tiveram suas atividades tradicionais (a pequena agricultura, a pesca, o extrativismo) severamente limitadas. Entre essas populações, sobressaem os ribeirinhos e caboclos da Amazônia que se rebelaram contra a invasão de seus territórios pela indústria madeireira e pelo agronegócio, e que, no final da década de 1980, culminou com o assassinato de seu líder principal, Chico Mendes.

As longas e acaloradas discussões entre preservacionistas e socioambientalistas sobre o papel das comunidades tradicionais nas áreas protegidas, no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, a partir de meados da década de 1980, resultou no reconhecimento, pelo governo, da importância do conhecimento tradicional e da própria existência de

inúmeros povos e comunidades tradicionais. Como resultado, foi criado, no ano de 2000, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação em que aparecem novas categorias de Unidades de Conservação (Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS – e Reserva Extrativista – RESEX). Com isso, pode-se dizer que o conhecimento tradicional sobre a biodiversidade e a participação social são elementos-chave para o êxito do que foi chamado, por alguns autores, de etno-conservação.

Além disso, a mobilização desses povos e comunidades levou o governo a criar, em 2006, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), reunindo as lideranças indígenas e de diversas comunidades tradicionais. Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais que, entre outros tópicos, reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais. Apesar dessas declarações, pouco tem sido feito pelo governo para colocar em prática medidas consideradas vitais pelos povos e comunidades tradicionais, sobretudo o reconhecimento dos seus territórios e a incorporação dos conhecimentos tradicionais nos planos de manejo de unidades de conservação e no uso dos recursos naturais no mar e na floresta. É clara a resistência dos grupos hegemônicos tanto no governo como em muitas instituições de ensino e pesquisa em utilizar os conhecimentos e práticas tradicionais, e isso tem a ver com a ecologia política e com a aliança entre o poder e a ciência.

O reconhecimento da importância do conhecimento tradicional, sobretudo para a conservação da biodiversidade, iniciou-se a nível internacional, mesmo antes que isso tenha ocorrido no Brasil.

É importante ressaltar que internacionalmente já se esboçava, a partir da década de 1980 um reconhecimento das populações e seus conhecimentos tradicionais no planejamento e implementação das áreas protegidas. O documento da UICN: Estratégia Mundial para a Conservação (1980) menciona a importância do conhecimento tradicional para a conservação e recomenda o incentivo aos sistemas de manejo tradicionais da natureza. Na publicação da ONU, Nosso Futuro Comum (1986), afirma-se necessário incorporar as sociedades minoritárias que têm as características dos grupos tradicionais, incluindo seu conhecimento tradicional.

Concomitantemente, também a nível internacional, pesquisadores, intelectuais e ativistas reunidos em torno da revista *Cultural Survival* saem em defesa das sociedades e grupos tradicionais, afirmando, em 1985, que

as áreas protegidas poderiam conservar também os modos de vida tradicionais ou diminuir os ritmos das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais.

O maior passo no reconhecimento do conhecimento tradicional se deu na conferência da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, quando foi aprovada a Convenção da Biodiversidade, em 1992, da qual o Brasil é signatário e hoje ocupa a presidência da CDB.

Essa Convenção Internacional recomenda, no artigo 8, que os benefícios derivados do uso dos conhecimentos e práticas tradicionais, quando usados para fins comerciais, sejam também distribuídos entre as comunidades que os detém.

Além disso, no artigo 10, a COP determina que cada parte contratante “proteja e encoraje o uso tradicional dos recursos biológicos de acordo com as práticas culturais compatíveis com a conservação ou os requisitos do uso sustentável” e que “apoie as populações locais para desenvolver e implementar ações de recuperação em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida” (artigo 10d). Em seu artigo 17, a Convenção também recomenda às partes contratantes que encorajem o intercâmbio de informação sobre o conhecimento das comunidades tradicionais e, no artigo 18, determina o desenvolvimento de métodos de cooperação para o desenvolvimento de tecnologias, incluindo as tecnologias tradicionais e indígenas.

A partir dessas recomendações, uma comissão na CDB foi criada para discutir e propor soluções sobre como os povos tradicionais e as comunidades locais deverão ser beneficiadas, incluindo também temas como o consentimento prévio informado etc. Essa comissão reuniu um número cada vez maior de representantes de governos, povos indígenas e comunidades locais, ONGs e institutos de pesquisa, transformando-se num fórum em que as demandas desses povos e comunidades são apresentadas, sobretudo aquelas referentes a respeito do seu território.

A valorização do conhecimento tradicional também teve como uma das causas a organização dos povos indígenas, a partir dos anos 1970. Em 1982, foi criado junto à ONU o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas. Em 1989, foi adotada a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (1993), visando garantir seus direitos, sobretudo ao território .

Em 2000, foi criado o Fórum Permanente dos Povos Indígenas e, em 2007, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. A questão do respeito aos direitos dos povos indígenas a seu território e a proteção de seus conhecimentos tradicionais têm sido uma das demandas recorrentes do Fórum Permanente dos Povos Indígenas.

A presente coletânea traz análises e informações relevantes sobre a contribuição do conhecimento tradicional para a conservação da biodiversidade, para a segurança alimentar, para a saúde através das plantas medicinais e outras práticas nativas. Enfatiza também a não-incorporação desses conhecimentos e práticas nos currículos do ensino fundamental e médio, mesmo em regiões em que é relevante o número de comunidades tradicionais, como a quilombola, os caboclos, caiçaras, entre outros. Ela, sem dúvida, pode desempenhar um papel importante no debate sobre os conhecimentos e práticas tradicionais e seus desafios acadêmicos e sociais.

Antonio Carlos Diegues

Professor da Universidade de São Paulo